



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO**  
**SUBSTITUTO**

**PROVA ESCRITA DISCURSIVA**  
**Cuiabá – Mato Grosso**  
**21 de janeiro de 2012**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO**

- 01.** A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
- 02.** Deverá ser redigida exclusivamente com caneta de tinta azul ou preta indelével.
- 03.** Confira se o processo de prova contém 20 (vinte) folhas todas timbradas, pautadas e numeradas. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
- 04.** Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. **Caso deseje se valer de rascunho, utilize as folhas 19 e 20 do próprio processo de prova.**
- 05.** É vedada consulta a quaisquer anotações ou dicionários, sendo permitido recorrer exclusivamente a textos legais, sem comentários ou notas explicativas. **Nos termos do art. 46 da Resolução 75/CNJ poderá haver consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, vedada a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial.**

**06.** Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.

**07.** Não é permitida a utilização de corretivos líquidos e, na hipótese de erro, o candidato poderá utilizar-se de riscos, parênteses ou valer-se da palavra “digo”. O candidato deverá utilizar de grafia legível.

**08.** Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões integra a avaliação.

**09.** Ao terminar, o candidato deverá devolver o processo de prova, não destacando o cartão de identificação.

**10.** Não é permitido escrever nada no processo de prova que possa levá-lo a ser identificado (assinatura, rubrica, desenho, figura, etc.). Qualquer identificação importará na eliminação do candidato.

**11.** O candidato, após o início da prova, deverá permanecer no local por, no mínimo, uma hora, mas só poderá levar a prova após três horas.

**12.** Após o término da prova, o candidato não poderá retornar ao recinto.

## **COMISSÃO DE CONCURSO**

1) Comente acerca da eficácia horizontal e vertical das normas fundamentais nas relações de trabalho.(1,5 pontos)

2) Trabalhador com doze anos de relação de emprego foi dispensado sem justa causa pelo empregador, após o cumprimento regular do aviso prévio, dez dias anteriores ao início de vigência da Lei 12.506 de 11.10.2011, que o regulamentou quanto à proporcionalidade. Pleiteou judicialmente os dias proporcionais não quitados do aviso prévio, quando da homologação da rescisão do contrato de trabalho. Decida de forma fundamentada, levando em consideração a eficácia da lei no tempo. (1,0 ponto)

3) Considerando a Constituição Federal/88 acerca da duração do trabalho normal em 44 horas semanais, discorra da possibilidade de ocorrência da “jornada semanal” de 45 horas no Brasil, sob à perspectiva do § 1º, do artigo 58, da CLT. (1,5 pontos)

4) Discorra sobre o direito à “desconexão do trabalho”, abordando recente legislação acerca do tema, e posição atual da jurisprudência. (1,5 pontos)

5) Ministério Público do Trabalho ajuizou demanda, na qual pleiteou a nulidade de cláusula convencional da categoria dos motoristas em transporte interestadual, sob o fundamento de não observância do inciso I, da OJ 342 SDI-1: “ É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.” Na instrução processual, o representante sindical manifestou-se favorável à redução do aludido intervalo, sob o fundamento de que seria mais benéfica aos trabalhadores, bem como comprovou a legitimidade da negociação coletiva. Decida, expondo teorias dissidentes sobre a flexibilização dos direitos trabalhistas. (1,0 ponto)

- 6) Ante as disposições contidas no artigo 475-O, do CPC, que preveem a possibilidade de levantamento de depósito em dinheiro na execução provisória, discorra acerca da aplicabilidade no processo do trabalho. (1,0 ponto)
- 7) Antes da Promulgação da E.C. 45 de 2004, herdeiros do trabalhador falecido e o empregador requereram homologação de acordo extrajudicial perante uma das Varas Cíveis da Comarca de Cuiabá/MT. O Juiz de Direito apreciou e homologou, por sentença, o referido acordo, no qual as partes deram quitação plena de todos os direitos e obrigações decorrentes do acidente de trabalho, que vitimou o trabalhador. Passados seis anos e, após a vigência da aludida Emenda Constitucional, os mesmos herdeiros propuseram ação judicial, com base no mencionado acidente e calcado na responsabilidade civil do empregador. Pleitearam compensação por danos morais e indenização por danos materiais. A ação foi distribuída a uma das Varas do Trabalho de Cuiabá/MT. Comente acerca do efeito preclusivo da coisa julgada no caso apresentado. (1,5 pontos)
- 8) Fale sobre direito líquido e certo no mandado de segurança, à luz da Súmula 625 do STF: “Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança”. (1,0 ponto)